Informativo SINASEFE

Veja na internet

Informativo do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica | CEA/CSP-CONLUTAS | Agosto/2017 | Edição nº 07

Entrevistas exclusivas e 31º CONSINASEFE

O Informativo 7 do SINASEFE está dedicado a propagar as vozes de vários sindicalizados por meio de diversas entrevistas, além de trazer a posição do sindicato a respeito do ataque mais recente aos direitos dos trabalhadores do serviço público (que prevê inclusive a demissão voluntária). A publicação apresenta a grave situação que o Sindscope-RJ e os trabalhadores do Colégio Pedro II enfrentam há meses, com processos movidos por um procurador fiel aos preceitos do Movimento Escola Sem Partido. Outro destaque é o resumo das principais modificações estatutárias aprovadas no 31º CONSINASEFE, realizado de 18 a 21 de maio, em Salvador-BA.

Ataques recentes

SINASEFE se posiciona contra ataques aos servidores públicos: "Nossa luta continua a ser pela flexibilização da jornada de trabalho dos técnico-administrativos, pelo fim do ponto docente e contra o ponto eletrônico, contra a precarização, pelo estímulo à pesquisa e contra o arrocho salarial.".

Leia nas páginas 2 e 3

Mordaça nos educadores

Perseguições e ataques construídos sob subterfúgios frágeis de um procurador defensor do Escola Sem Partido ameaçam a liberdade de expressão e do movimento sindical no Colégio Pedro II.

Leia nas páginas 4 a 10

31º CONSINASEFE

Um resumo do fórum deliberativo e as expectativas diante de alterações estatutárias aprovadas no evento (como por exemplo a paridade de gênero e as novas coordenações da DN - de mulheres e de combate às opressões).

Leia nas páginas 11 a 23

Não ao PDV e aos demais ataques do governo Temer, em defesa do serviço público!

O **SINASEFE** NACIONAL vem se posicionar sobre algumas das mais recentes medidas do governo Temer: o Plano de Demissão Voluntária (PDV), a redução da jornada de trabalho com diminuição de salário e o estímulo à licença não remunerada.

Em primeiro lugar, alertar a todos os servidores sobre o canto da Sereia da demissão voluntária. São muitos os trabalhadores e trabalhadoras que em épocas anteriores se deixaram iludir por este discurso, aderiram ao programa, perderam seus cargos públicos e muitos nem sequer receberam do governo a contrapartida prometida à época. Vários e várias tentam hoje, sem sucesso, reverter na justiça o erro que cometeram, e ninguém até agora conseguiu.

Quanto ao afastamento sem remuneração, cabe lembrar aqui que essa possibilidade já existe na legislação. O que a proposta de Temer traz de novo é a promessa de uma contrapartida de três meses de salário a quem aderir. Mas que ninguém se iluda, esse pequeno estímulo financeiro vem acompanhado da proibição de que o servidor ou servidora possa retornar de seu afastamento antes do prazo total da licença – que é de três anos. Pior ainda: a proposta prevê que a licença pode ser prorrogada por interesse do serviço público, ou seja, o servidor pode ser impedido pela administração ou por alguma medida governamental de retornar ao seu trabalho por seis anos. É isso o que pode custar o prêmio de três meses de salário: um afastamento compulsório de até seis anos!

Todavia, as ressalvas feitas acima não constituem a questão central. O que pauta todas essas medidas e as anteriores é o contínuo ataque ao funcionalismo público e à qualidade dos serviços sociais oferecidos à parte mais carente da população. Temos visto nas últimas semanas uma intensificação do discurso da demonização dos servidores públicos nos meios de comunicação. Enquanto Temer e seus iguais insistem que temos muito a ganhar indo embora e tornando-nos "empreendedores", números manipulados são insistentemente apresentados visando nos apresentar como os culpados pela crise no

Expediente

Esta é uma publicação do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE.

A gestão 2016-2018 da Direção Nacional do SINASEFE é responsável pelo conteúdo deste informativo. Confira a nominata em nosso site:

Jornalistas profissionais:
Mário Júnior (MTE-AL 1374)
Monalisa Resende (MTE-DF 8938)

Diagramação:
Ronaldo Alves (RP 5103/DRT-DF)

Fotos:
Ascom SINASEFE, Empresa Brasil de Comunicação, João Moura, Pirula, Sindscope-RJ e arquivo pessoal dos entrevistados

Ilustração:
Vini Oliveira

Contatos:
(61) 2192-4050 | imprensa@sinasefe.org.br

país. Nada se fala sobre a sangria de dinheiro público para o pagamento da suposta dívida com os banqueiros que jamais foi auditada e chega hoje a quase 50% de tudo que arrecadamos. Nada se fala das abundantes vantagens que têm as empresas e a parte mais rica da população, que se beneficia continuamente daquela que é pior distribuição de renda do mundo.

Mas na mesma semana que consórcios privados entregaram o aeroporto de Viracopos porque supostamente não dá lucro, exaltam a lógica da privatização e da perseguição ao funcionalismo público. Onde está o "bem-aventurado" capital privado nas redes especializadas de combate ao câncer? No oferecimento de educação gratuita e de qualidade? Onde está investido esse capital em pesquisas que visem sanar os problemas sociais da maioria da população?

A classe trabalhadora brasileira, de uma forma geral, e os trabalhadores e trabalhadoras públicos, de forma mais particular, estão a viver um dos momentos mais tenebrosos de sua história. À investida dos órgãos de controle em diminuir o direito às 30 horas semanais e instituir o ponto eletrônico, se articula a proposta de redução da jornada de trabalho com redução de salário. Enquanto o funcionalismo público e os aposentados e aposentadas do país são apresentados como culpados de todo o tipo de déficit, o governo Temer e seus apoiadores promovem campanha pelo desmantelamento definitivo previdência e da demissão de servidores públicos. No exato momento em que o governo de Temer bate todos os recordes de rejeição, atua de forma cínica nos bastidores do Congresso para comprar com emendas parlamentares votos de deputados contra a apuração das graves denúncias que pairam sobre ele.

Pelo exposto acima, o SINASEFE faz um chamado à toda a sua base: que ninguém se deixe enganar por esses cavalos de Tróia. Nossa luta continua a ser pela flexibilização da jornada de trabalho dos técnico-administrativos, pelo fim do ponto docente e contra o ponto eletrônico, contra a precarização, pelo estímulo à pesquisa e contra o arrocho salarial. Defendemos a impessoalidade do funcionalismo público, a realização de mais concursos públicos e nos opomos igualmente às tentativas de emendar a crise que só fazem torná-la mais grave, tal como propostas de professor voluntário e outros regimes de trabalho similares que nem encontram previsão legal de acontecer.

Mais do que nunca precisamos encher nossas assembleias, fortalecer o calendário nacional de luta contra o governo Temer e ocupar as ruas!

Nenhuma concessão a golpistas e traidores!

Não à Reforma da Previdência e todo o pacote de maldades de Meirelles!

Fora Temer, nenhum direito a menos!

Não nos calaremos: SINASEFE denuncia perseguição aos servidores do Colégio Pedro II

Perseguição e criminalização dos trabalhadores do CPII, intimados pelo MPF, demonstra necessidade de defender o direito de expressão e desmascarar os defensores do Escola Sem Partido

Desde o final de 2016 os trabalhadores do Colégio Pedro II (CPII), sindicalizados no Sindscope-RJ, filiado ao SINASEFE, enfrentam uma situação de duros ataques aos seus direitos básicos de se expressar. Em outubro passado, demonstrações claras disto se deram quando o Ministério Público Federal (MPF) mandou retirar faixas com os dizeres "Fora Temer" (assinadas pelo sindicato), intimou os coordenadores da entidade a prestar depoimento e fornecer uma listagem com nomes de sindicalizados. Como esta tentativa de criminalizar os lutadores falhou, uma nova trama se desenhou, desta vez com requintes mais nítidos de arbitrariedade.

Em março de 2017 o procurador Fábio Moraes de Aragão, defensor de projetos como a "cura gay" e o Escola Sem Partido, propôs uma Ação Civil Pública, supostamente em defesa da "probidade administrativa". Ele acusou o Sindscope-RJ, o PSOL e mais sete trabalhadores do CPII por supostas irregularidades, tais como, por exemplo, ter um adesivo colado na camiseta ou mochila, panfletar do lado de fora da unidade educacional ou mesmo influenciar decisões uns dos outros.

Em ambas as ocasiões, o SINASEFE se solidarizou com os companheiros perseguidos e com o sindicato filiado, reafirmando sua disposição de luta contra este ataque. "É a formação do cidadão crítico e participativo que faz do Pedro II o colégio de qualidade reconhecido em todo país. É a combatividade dos servidores da Rede Federal de Educação e da nossa seção sindical que este procurador está atacando", destacou a Direção Nacional do SINASEFE.

O Informativo SINASEFE entrevistou três dos sete trabalhadores perseguidos, confira a seguir a leitura de cada um deles destes acontecimentos.

Magda Furtado é natural de Volta Redonda-RJ e fez mestrado e doutorado na UFRJ. Ela milita há mais de 20 anos no movimento sindical, chegando em seu terceiro mandato na direção do Sindscope-RJ. É filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). No CPII é professora titular de Português e Literatura, trabalhando na escola há 22 anos.

Há alguns meses você e seus colegas enfrentam uma situação bastante desagradável, na qual a perseguição e o cerceamento de direitos são a ponta do iceberg. Ao longo de seus anos de militância você já havia vivenciado uma situação como esta?

Tenho 20 anos de atividade sindical, poucos deles enquanto dirigente, e nunca passei por isso. Fiz muitas greves em governos bastante repressores, com descontos de salário inclusive, mas nunca enfrentei uma perseguição política tão direta quanto esta. Alguns movimentos de greve foram reprimidos, mas não existiu tamanha criminalização. Até agora o

que eles reprimiam eram as greves, agora o que eles tentam reprimir é nossa posição política. A grande ofensiva da direita, além de política econômica, tem a ver inclusive com o campo dos costumes, além da retirada de direitos históricos.

Como você percebe este movimento conservador nas salas de aula e na escola em geral?

Ao abordar personagens históricos com rico conteúdo revolucionário, como Graciliano Ramos, por exemplo, é preciso falar de política. Não de política partidária obviamente, mas falar da grande política. Querem nos impedir de fazer este debate? O movimento de perseguição e intimidação tem o objetivo claro de criar um clima de medo, já que pretende acuar as pessoas para não estimular o pensamento crítico.

Entendendo esta criminalização dos trabalhadores, da entidade sindical e do partido num contexto maior, identificamos que esta etapa se soma a outros eventos semelhantes. Você pode contextualizar como e quando começou este processo de perseguição e patrulhamento?

Todo o processo de ofensiva da direita que se desencadeou no país, a partir também do golpe institucional (que retirou Dilma e levou Temer à presidência), empoderou estes setores conservadores, que partiram para ofensivas mais intensas.

No caso do CPII , tudo se agravou quando o reitor liberou a opção de uniforme. Apesar de existirem uniformes de menino e de menina, as meninas já usavam calças compridas (as mulheres em geral usam calças há mais de um século). O que foi feito foi retirar a antiga formalidade: calças pra homens e saias para mulheres, ambas peças são uniformes e podem ser utilizadas pelos estudantes. Além de modernizar a portaria para toda comunidade, a medida respeitou estudantes transexuais. Foi quando começaram a acusar o reitor de estar em "conluio" com os ativistas e militantes, e quem tem uma militância forte é o sindicato.

Este fato coincidiu com a mobilização do Sindscope-RJ contra o golpe e pelo Fora Temer, quando o procurador tentou nos criminalizar pela colocação de faixas, fomos intimados (a coordenação geral da entidade) e prestamos depoimentos. Mas ele não conseguiu nos criminalizar por aí, afinal as consignas "Fora Temer" e "contra o golpe" estavam por todo país. Além disso a Constituição nos garante o direito de manifestação política em qualquer lugar. Sem confundir este direito com a manifestação político-partidária, que não se aplica exatamente pelo caráter amplo da luta, desvinculado de um partido x ou y.

Após os depoimentos da coordenação do sindicato, diante da veemente falta de concretude da acusação, o procurador decidiu intimar mais gente. A partir daí ele começou a criar algo que não existe de fato: uma estrutura do PSOL dentro do colégio. A única filiada ao PSOL no sindicato sou eu, alguns dos acusados sequer são simpatizantes do partido.

Não existe nenhum núcleo dentro da escola, existem pessoas que trabalham no Pedro II que discutem política sim, fora da escola. Inclusive a fotografia postada em rede social utilizada erroneamente no processo foi publicada com localização de GPS automática, comprovando que estávamos na Lapa. Não tem *campus* do CPII na Lapa, eu menciono que se tratava do gabinete de Chico Alencar.

Na leitura do procurador, o sindicato deve cumprir somente um papel corporativista e lutar por salário apenas, e qualquer outra coisa promovida pelas entidades estaria errada.

Quanto a cobertura da mídia burguesa e as manifestações nas redes sociais, como você percebe este aspecto ao longo destes meses em que a perseguição se agravou?

Após prestar o primeiro depoimento, na ocasião eu vestia uma camiseta com a frase "Lutar Sempre Temer Jamais", mostrando que não existia nenhum temor, afinal temos direito de manifestação política. Neste dia gravei um vídeo protestando contra essa perseguição, um vídeo de poucos minutos que viralizou rapidamente atingindo mais de 100 mil visualizações. Alguém colocou este vídeo na página do Escola Sem Partido e a partir daí começaram a

invadir minha página pessoal, me ofendendo, ameaçando de morte, dizendo que iam me pegar e me bater na saída da escola, colocaram em xeque o meu profissionalismo. Em 20 anos de serviço (tendo atingindo o topo da carreira de docente do EBTT) nunca foi registrada qualquer queixa quanto ao meu trabalho, e de repente as pessoas diziam que eu não deveria estar na escola, não deveria dar aulas para os filhos deles. Foram milhares de mensagens, realmente uma invasão. Até ligações de números desconhecidos eu recebi. Mesmo com toda experiência de militância, tudo isso me gerou um sofrimento.

Dei entrevistas para diversos veículos tradicionais (Veja, Estadão, Carta Capital) e nada foi publicado, nossa versão dos fatos não é divulgada. Enquanto isso o Fábio Aragão (procurador) deu entrevista de mais de 20 minutos na rádio CBN, nos difamando, e ocupa diversos noticiários na grande mídia.

Diferente da perseguição que sofrem no CPII, protagonizada por um ente externo ao colégio, sindicalizados em diversas localidades sofrem perseguição de reitores e diretores. Qual seu recado para os trabalhadores e trabalhadoras da Rede Federal que enfrentam problemas com gestores autoritários?

No Pedro II hoje não passamos por isso, felizmente, mas na Rede temos realmente muitos relatos. Casos de assédio moral, inclusive com envolvimento da Polícia Federal, como foi no IFRJ, são recorrentes e os sindicatos estão atuando para combater essas práticas. Infelizmente temos casos de reitores já eleitos com a participação do movimento, com aquela mentalidade de "manda quem pode e obedece quem tem juízo", um retrocesso. Mesmo que este governo esteja acabando com as leis trabalhistas, existem algumas em vigor que ainda nos protegem, então nós temos que lutar e defender nossos direitos.

Os trabalhadores não estão sozinhos, o sindicato está com eles, o sindicato é a nossa voz, e precisamos fortalecer estas entidades com a nossa participação. Sozinhos vamos sucumbir às pressões, mas se estivermos juntos com o sindicato local, nacional e com nossa Central Sindical, a CSP-Conlutas, formando uma rede de ativistas e de manifestações coletivas. É na atuação conjunta e na ampliação do alcance das denúncias destas práticas que vencemos. Superar as diferenças políticas existentes nas entidades é um elemento fundamental, devemos estar muito unidos e articulados. É importante ter esta clareza, não podemos nos dividir, e atuarmos unificadamente contra estas perseguições é fundamental.

William do Nascimento Carvalho é natural do Rio de Janeiro-RJ, trabalha no CPII desde fevereiro de 1985 (como técnico-administrativo), milita no movimento sindical desde 1987. No SINASEFE, já foi coordenador geral por mais de dois mandatos e também foi diretor das pastas de Comunicação e Jurídica. Já presidiu e foi coordenador geral do Sindscope-RJ. Participou do Fórum Terra, Trabalho e Cidadania da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e também da fundação da CSP-Conlutas. Desde janeiro de 2014 é diretor administrativo e diretor geral substituto do *campus* São Cristóvão do CPII.

Ao longo de sua trajetória militante e profissional é possível que a defesa de suas posições tenha causado situações de perseguição, mas nada tão absurdo quanto este processo movido por Fábio Aragão. Como você percebe este ataque, e quais seriam as motivações dos envolvidos?

Entendo que este processo vai muito além de uma relação comigo enquanto figura pública, obviamente que a minha trajetória serve como pretexto para me vincular ao processo, a partir da história que eles criaram. Montaram uma estrutura que tenta vincular as ações de um determinado partido no Rio com um sindicato que teria vínculo com este partido junto a uma escola

que teria militantes com ligação direta com a sua administração, criando um triângulo entre partido, escola e sindicato para poder sustentar a tese de que no Pedro II a gente doutrinaria as crianças, ou seja, é a tese de quem defende o Projeto Escola Sem Partido. E por que o CPII? Porque o colégio vem implantando medidas progressistas que vêm sendo divulgadas. E a minha trajetória foi usada para tentar dar veracidade a esta fábula por que sou ex-dirigente sindical e hoje participo da gestão de um *campus* do colégio onde há uma abertura para uma série destes elementos que hoje os defensores do Escola Sem Partido se contrapõem. Ao mesmo tempo, tive uma relação direta com a campanha do Tarcísio para reitor, em 2013.

Assim, nesta história mirabolante cometeram alguns erros que acabam desmontando a própria narrativa deles: me filiaram ao PSOL sem eu nunca ter sido filiado, como eu criaria um núcleo de um partido que sequer sou filiado? E ainda ignoram, ao afirmar que eu estaria doutrinando o reitor, o fato de que coordenei a campanha do adversário dele.

Então não entendo como algo pessoal ou direcionado a qualquer trabalhador ou militante, e sim uma tentativa de mobilizar o apoio ao Projeto Escola Sem Partido e ao mesmo tempo atacar um determinado partido a serviço de quem está por trás desta disputa.

Como você relembra, uma narrativa cheia de controvérsias foi montada para atacar os trabalhadores do CPII, o PSOL e o Sindscope-RJ, onde você seria um elo entre os três entes. Qual sua opinião sobre o teor destas acusações?

Na verdade estas acusações não se sustentam, sou acusado de ser, dentro da fábula, o mentor interno vinculado ao PSOL, partido que é o alvo do processo, e do sindicato. Não é possível sustentar o fato de que fundei um núcleo de um partido do qual não faço parte, já me afastei da direção do sindicato há quatro anos e, por fim, não posso doutrinar o reitor quando fui coordenador de uma campanha de oposição a ele.

O meu posicionamento nas redes sociais foi distorcido no processo, o que afirmei foi que ao matricular os filhos no CPII, os pais conhecem o projeto da escola, entendem que lá já existe amadurecimento dos debates contra o racismo, machismo e a homofobia. Temos uma escola que prima pela construção democrática, com um conselho superior eleito com representação de pais, estudantes e servidores.

Não há nada que se sustente neste processo, são milhares de páginas com "denúncias" repetidas apenas para dar volume. Não existem quaisquer provas. Parece que a Operação Lava Jato está fazendo escola, ou seja, basta as pessoas terem "convicção" para sair acusando a todos.

Não se atentam para a velha máxima: aquilo que não se comprova não se pode manter enquanto acusação.

Em relação às medidas consideradas progressistas no âmbito do CPII, como você notou a recepção por parte de pais, estudantes, educadores e da comunidade em geral? Eles querem uma Escola Sem Partido, ou uma Escola Sem Mordaça?

Na minha avaliação, fico feliz que os estudantes queiram uma escola sem mordaça, e acredito que a maioria dos profissionais aqui entendem que a escola não deve ter partido, e ao mesmo não deve ter mordaça. O que estamos fazendo na escola não é a discussão partidária, nem ideológica, aqui existe um debate amplo em que as pessoas são levadas a pensar, esta é a grande questão. Aqui não se pede para ninguém ser socialista, comunista, capitalista, não se constrói este debate ideológico dentro do colégio. Apresentamos, por exemplo, no campo ideológico, as várias vertentes existentes para que as pessoas saibam o tipo de disputa que está colocada na sociedade. Tentaram nos acusar de doutrinar os estudantes, mas não é possível comprovar o que não existe, não tem nenhum vídeo de aulas, por exemplo, que mostrem alguém defender determinado partido em sala de aula. Eles têm fotos de adesivos colados em bolsas.

A escola tem que ser necessariamente o reflexo da sociedade, e se na sociedade há diferenças de pensamento, por que dentro da escola não vai ter? Nosso papel não é inibir as diferenças, é fazer com que as pessoas respeitem a existência destas diferenças. O que estas medidas fazem é permitir que as diferenças se explicitem e não inibir

o comportamento da maioria. No *campus* São Cristóvão nós estamos acabando com as velhas práticas de quem achava que podia ganhar no grito, impor posições machistas, racistas, homofóbicas. Temos o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab), o Laboratório de Estudos em Educação e Diversidade (Ledi), o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes), e tudo isso incomoda bastante as pessoas com visão reacionária. Temos uma gestão que propicia o respeito às diferenças, um projeto político pedagógico que estabelece a democratização da escola e a ampliação dos direitos, fomos eleitos para defender esta proposta.

Ainda abordando a questão da abertura do colégio para o diálogo e a construção coletiva, quando observamos a composição do Conselho Superior do CPII, percebemos que existe um espaço considerável para participação da comunidade. Você pode explicar um pouco a composição e funcionamento deste órgão?

São quatro estudantes, quatro pais/responsáveis, quatro professores, quatro técnico-administrativos, quatro dirigentes, dois egressos, o reitor e um representante do Ministério da Educação (MEC). Exceto os egressos que são sorteados, o reitor e o membro do MEC, todos são eleitos por seus pares. Este espaço viabiliza os debates e permite que as decisões que mexem com a vida escolar sejam tomadas com a participação da comunidade de forma abrangente.

Apesar de diferente nas personagens causadoras da perseguição, os problemas que os trabalhadores do CPII enfrentam hoje se somam aos diversos casos de perseguição relatados na Rede Federal. Levando em conta esta diferença, e as possíveis semelhanças nas subjetividades de passar por isto, qual seu recado para os trabalhadores que também são perseguidos em seus locais de trabalho?

É bom explicar esta diferença. Na Rede em geral o que temos visto são assédios dos gestores sobre os servidores, muitas vezes por causa de suas posições políticas. No Pedro II esta prática vem perdendo espaço por que a escola vem avançando. Algumas direções progressistas foram eleitas e o próprio reitor tem um comportamento bem avançado neste aspecto. Aqui não temos gestores assediando a ponto de ameaçar empregos, de atacar com processos, o principal problema vem de fora. Exatamente por termos avançado, ainda não chegando onde desejamos, mas os pequenos avanços que temos registrado estão incomodando alguns setores.

Quanto aos problemas com assédios acontecendo nas instituições, o movimento sindical tem que se impor. Independente das posições políticas variadas que temos no Sindscope-RJ hoje, o sindicato não permite que os trabalhadores fiquem sozinhos neste tipo de embate. Acredito que isto acaba levando a um comportamento na instituição, com algumas exceções, de não ter assédio internamente no colégio, existem debates acirrados, divergências. Isto tem muito a ver com a posição política dos trabalhadores, com o posicionamento mais contundente de forma coletiva e organizada.

Maria Elisa Wildhagen Guimarães tem 54 anos e nasceu em Niterói-RJ. Formada em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em história política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Trabalhou na rede estadual de 1991 a 2005, quando ingressou no CPII. Neste ano deu entrada em seu processo de aposentadoria. Ela começou a militar ainda no movimento estudantil. Em 1982 ingressou na Convergência Socialista (corrente interna do PT), onde permaneceu por 10 anos. Trabalhou e militou como bancária entre 1985 e 1988. Em 1994 participou da formação do PSTU, onde milita até hoje. Desde que ingressou no CPII foi do núcleo de base do *campus* Humaitá II e atualmente é da diretoria do Sindscope-RJ, na pasta de formação política.

Enquanto mulher militante sua trajetória de lutas já soma alguns anos de caminhada. Problemas por defender as ideias em que acredita não são novidades, no entanto, um ataque da dimensão deste processo de perseguição não é tão comum. Como foi pra você receber as intimações, ter acesso ao processo e descobrir que algo tão cerceador de sua liberdade de expressão estava acontecendo?

Comecei a militar ainda durante a ditadura militar, no período da abertura política. Não havia repressão na universidade para manifestação política partidária. Fazíamos cartazes, banquinhas para a venda do jornal Convergência e depois Alicerce da juventude socialista. Banquinhas com venda do material do PT. Usávamos bonés, botons, bandeiras, camisetas... Tudo isto era monitorado. Pedi o meu *Habeas Data* e apareceu o monitoramento das minhas atividades políticas de 1982 até 1988 (já como bancária). Mas isso não impedia as atividades políticas dentro da universidade. Durante a

campanha das Diretas Já, formamos comitês em todos os lugares.

Mesmo o monitoramento que eu tive acesso, falava da minha participação nos congressos estudantis e atividades da Convergência/Alicerce na escola, mas não há referência às banquinhas ou uso de botons, camisetas, bonés e bandeiras. Era visto como normal no período da abertura da ditadura militar. A repressão aparecia em situações específicas. Fui detida algumas vezes, embora não tenha sido fichada. Uma vez, na entrada da fábrica Michellin (no bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro-RJ), quando agitava a palavra de ordem, "Greve Geral pelas Diretas Já" com o jornal da Convergência Socialista, e outras duas vezes em Greves Gerais da década de 80. A repressão policial às manifestações não foi muito diferente no final da ditadura e no período da Nova República. Aparecia em situações de piquetes de greve e em algumas passeatas. No governo FHC, sofri a repressão nas manifestações contra a privatização em frente à Bolsa de Valores. Como professora da rede estadual, por exemplo, sofri repressão policial de vários governos que tentavam impedir que nossas passeatas chegassem ao Palácio Guanabara (Moreira Franco, Brizola, Garotinho, Benedita, Rosinha etc).

A criminalização dos movimentos sociais não é novidade. Não é prerrogativa de governos ditatoriais. Sarney, Itamar, FHC, Lula, Dilma e agora Temer, recorreram à repressão ao movimento sindical e popular quando os interesses do capital estavam em jogo.

A atuação do procurador Fábio Aragão, apoiado por um grupo de responsáveis reacionários seguidores do Bolsonaro, causou indignação, não só da minha parte, mas asseguro que a maioria da comunidade escolar repudia este processo. Repudiamos em assembleia, fizemos já dois atos públicos em frente ao MPF (com a participação de responsáveis e alunos). O Escola Sem Partido é a tentativa de impor um pensamento único na escola que coíbe o desenvolvimento do pensamento crítico, suprimindo a liberdade de expressão. É inconstitucional.

Como militante organizada há 35 anos em um partido revolucionário, não fui afetada pela intimação. Mas o objetivo da ação não é me intimidar, é constranger o conjunto dos servidores. Intimidar a comunidade escolar, deixá-la na defensiva. E isto não vamos deixar acontecer. Não vamos deixar de usar adesivos do "Fora Temer" porque um procurador estimula o patrulhamento ideológico dentro da escola. Não vamos aceitar que coloquem uma mordaça na nossa escola.

Uma das acusações colocadas na ação, e que envolve o seu nome, diz respeito a uma panfletagem feita nas proximidades do CPII, atividade que, conforme mostram as "provas" juntadas, foi feita do lado de fora da escola. Estamos diante de uma demonstração bastante clara das incoerências do processo, afinal não existe qualquer proibição sobre panfletagens e este ataque fere frontalmente o direito constitucional de expressão. Outro detalhe contestável teria sido a proibição do uso de adesivos com nome e número de candidato em roupas e mochilas. Qual sua percepção sobre estas acusações?

Sempre fiz panfletagens nas portas de fábricas e escolas, seja no período eleitoral ou não. Não há lei que proíba este tipo de manifestação política desde o fim da vigência do AI-5. Não faço proselitismo na sala de aula, mas é impossível ser professora de história, ou de qualquer disciplina e não discutir política na sala de aula.

O processo é absurdo e baseado em inverdades. O Sindscope-RJ é totalmente independente da reitoria, e não está atrelado a nenhum partido político. Temos diretores com filiação partidária, apenas um diretor é filiado ao PSOL, a maioria é independente. Mesmo que todos fossem filiados a partidos políticos, não há nenhum

problema nisso e, certamente, nenhuma ilegalidade.

O sindicato fez a campanha do "Fora Temer" aprovada em assembleia da categoria. O uso de adesivos na escola é comum em todas as eleições, em particular pelos alunos, mas não houve distribuição de panfletos e adesivos dentro da escola, por parte dos servidores.

O sindicato não fez campanha eleitoral, não rodou panfletos, nem adesivos. Houve denúncias neste sentido e durante a greve houve visitação do Tribunal Regional Eleitoral (TER) na escola, nas dependências do sindicato, e nada foi encontrado.

Da minha parte, distribuí um panfleto do PSTU na porta da escola, fui filmada por uma mãe, conhecida como *Sheherazade Médici*, e minha imagem e da minha filha (aluna do CPII e também militante do PSTU) foi parar na televisão. Mais grave do que isso foi constar no processo o nome completo de servidores, alguns que sequer foram indiciados, como o de uma professora que estaria ensinando "o ato sexual" no primeiro segmento do ensino básico.

O procurador deve saber que não vai ter sucesso com uma peça de ficção tão mal montada. O objetivo não é exonerar os servidores envolvidos, é intimidar. Da minha parte, vou continuar distribuindo os panfletos do PSTU na porta da escola.

Sabemos da relação próxima dos que acusam os trabalhadores do Colégio Pedro II com os defensores do Movimento Escola Sem Partido, já reconhecido como inconstitucional por diversas entidades do judiciário e pelo próprio MPF. Como você localiza o processo contra o CPII no contexto da defesa de uma escola sem mordaça?

Há uma mudança que está relacionada ao movimento Escola Sem Partido e às manifestações de junho de 2013. Dentro da escola sempre houve manifestação política dos servidores e alunos. Por exemplo, em 2014, no meu *campus*, Humaitá II, o Laboratório de Humanidades realizou um debate com a presença de Marcelo Freixo (PSOL), Cyro Garcia (PSTU) e Mauro Iasi (PCB) sobre a redução da maioridade penal e não houve nenhum protesto.

A mudança está estreitamente relacionada, pelo menos no CPII, à luta contra as opressões, com um forte protagonismo dos estudantes, e a manifestações de resistência de setores minoritários a essas mudanças que foram muito rápidas. Piadinhas machistas e homofóbicas contadas em sala de aula que provocavam risos um ano antes, passaram a ser denunciadas. No meu *campus* os alunos fizeram atos contra o racismo e contra o assédio moral e sexual. Mas o que mais incomodou os setores conservadores foi a luta contra a heteronormatividade (no Humaitá surgiu o coletivo Prisma) e as manifestações de homoafetividade dentro do *campus*. A reitoria da escola refletiu estas mudanças e na aula inaugural de 2016 abordou a questão de gênero e depois, através de uma Portaria (o que é a prática comum, num traço autoritário/populista da reitoria) suprimiu a diferenciação por gênero dos uniformes. Setores minoritários de responsáveis, organizados nos movimentos MBL e Endireita CPII, colocaram-se contra a medida.

Sempre houve reação de responsáveis em época de greve, assim como responsáveis faziam denúncias ao Ministério Público. A diferença é que passou a existir um incentivo por parte do Movimento Escola Sem Partido, apoiado pelo Procurador Fábio Aragão, que incidiu neste grupo de responsáveis. Responsáveis e alunos foram orientados a fotografar, filmar e gravar servidores no ambiente escolar. Para mim, isto caracteriza um assédio moral sobre os servidores e, com todas as consequências que o assédio moral trás, pode levar professores e técnico-administrativos a adoecerem, aliás isso já está ocorrendo. Há servidor denunciado que precisou de licença médica.

Além das perseguições políticas enfrentadas no Colégio Pedro II, diversos trabalhadores se encontram sob constante ameaça e assédio na Rede Federal. Como seguir na luta e na militância sob estes ataques recorrentes?

Denunciar o procurador Fabio Aragão, defensor da "cura gay" e do Escola sem Partido. Denunciar o Escola sem Partido e lutar por uma escola sem mordaça.

31º CONSINASEFE: participantes reforçam nas ruas "Fora Temer" e atualizam estatuto da entidade

REALIZADO ENTRE os dias 18 e 21 de maio de 2017, o 31º CONSINASEFE alcançou a marca de maior congresso estatuinte do sindicato nacional, em número de participantes. A capital baiana recebeu 599 participantes, sendo 471 delegados e 128 observadores, representando 61 Seções Sindicais do SINASEFE. Além de ir às ruas de Salvador para denunciar o golpista Michel Temer e suas reformas, os congressistas debateram e aprovaram alterações estatutárias previstas em 12 teses. A análise da filiação do sindicato à CSP-Conlutas também foi um dos destaques do fórum.

Dedicando-se às atividades de rua e aos debates internos nos dois primeiros dias de evento os congressistas, vindos de todas as regiões brasileiras, modificaram significativamente a programação inicial da atividade. Confira um resumo das atividades realizadas no Consinasefe.

18 de maio – quinta-feira - (primeiro dia)

A mesa de abertura do evento teve a participação de dirigentes do SINASEFE e Sinasefe IFBA. Rosa Mota (Sinasefe IFBA) destacou a realização da atividade na chamada "terra dos Orixás", Alice Gomes (DN/Sindscope) deu as boas-vindas aos presentes e Micilândia Sousa (DN/Sesisifpi) convidou os demais integrantes da mesa de abertura. Os coordenadores gerais, Cátia Farago, Fabiano Faria e Williamis Vieira, foram taxativos sobre a tarefa dos trabalhadores para o próximo período: ocupar as ruas para derrubar o governo do golpista Michel Temer.

Em seguida mesa inicial do congresso teve a presença de Lana Bleicher, representando o Andes-SN e David Lobão, representante do SINASEFE na CSP-Conlutas. Lana destacou a necessidade de, diante do novo patamar de instabilidade, aproveitar as fissuras internas da burguesia. Lobão lembrou a relevância de conscientizar os trabalhadores da real possibilidade de, ao tomarem as ruas, se tornarem protagonistas de seus futuros.

Ao som da canção Cordeiro de Nanã, de Thalma de Freitas, teve início a segunda mesa do congresso. Antecipando um item da pauta previsto para domingo (21/05), na programação inicial, o SINASEFE destacou a importância do combate à intolerância religiosa e a defesa do Estado laico. Este momento teve a coordenação do diretor Luís Costa, que destacou a importância do sindicato como espaço de luta pela emancipação dos trabalhadores e contra as opressões e a intolerância. As explanações ficaram por conta de Paulo Rodrigo Soares (advogado e candoblecista) e Vilma Reis (socióloga e ouvidora da Defensoria Pública de Salvador). O ponto se encerrou com a leitura do Manifesto Pela Liberdade e Tolerância Religiosa e em Defesa do Estado Laico, que também foi distribuído aos presentes ao plenário.

A terceira mesa realizada no primeiro dia dos trabalhos teve o objetivo de debater o tema central do congresso: Nenhum direito a menos, por uma educação libertadora e emancipadora. Palestraram a professora Luzia Mota (IFBA), do professor Dante Moura (IFRN) e o professor Jonatas Monteiro (Rede Estadual da Bahia). As especulações sobre uma possível renúncia do presidente golpista Michel Temer levaram à interrupção dos debates do evento para acompanhar seu pronunciamento, por volta de 16h20. Após assistir a fala do chefe do executivo, os congressistas vaiaram e entoaram palavras de ordem. Duas propostas foram submetidas ao plenário: suspensão imediata dos trabalhos do dia e suspensão após a finalização das intervenções dos convidados, ambas com a respectiva participação em atos de rua já convocados para as ruas de Salvador. Os delegados e delegadas aprovaram aguardar as palestras restantes e passado este momento se organizaram para a manifestação.

Encerrando o primeiro dia de evento, os congressistas foram às ruas, em manifestação, até o ponto onde estava a concentração do ato, na frente do Shopping Bahia (local de trânsito intenso

na capital) cerca de 2,5 km distante do Hotel Fiesta (bairro Itaigara).

Algumas das palavras de ordem entoadas ao longo da caminhada foram: "O Temer vai ganhar, uma passagem pra sair deste lugar, não é de trem, nem de metrô nem de avião, é algemado no camburão", "Fora Temer, eleições gerais!" e "Ai, ai, ai, ai, ai, ai, ai, empurra o Temer que ele cai".

Ao se encontrarem com os trabalhadores e estudantes que já estavam nas ruas, os congressistas se somaram ao ato por algum tempo entoando palavras de ordem e falações.

19 de maio – sexta-feira (segundo dia)

Segundo dia de trabalhos do 31º CONSINASEFE (19/05) foi marcado pelo retorno dos congressistas às ruas de Salvador, defendendo o Fora Temer e denunciando arbitrariedades, assédios e práticas antissindicais nas reitorias locais (IFBA e IFBaiano). O debate em plenário foi dedicado ao Regimento Interno do evento, ao credenciamento e à reformulação da programação.

Diante do momento que o país atravessa, pelo segundo dia consecutivo as plenárias do Congresso foram paralisadas para a participação dos trabalhadores em atos na capital baiana. Foram três os atos da tarde desta sexta. Nos Institutos Federais Baiano e da Bahia ocorreram atos contra as práticas antissindicais dos reitores destes IFs. Entre as práticas estão a perseguição política de dirigentes das seções de base do SINASEFE nestes Institutos, com o uso, por exemplo, de Processos Administrativos internos.

Nos dois Institutos os trabalhadores realizaram manifestações nas dependências dos prédios da Reitoria. No IF Baiano o próprio Reitor recebeu uma comitiva de manifestantes em seu gabinete. Já no IFBA o Reitor não foi localizado e o ato foi encerrado após visita ao seu gabinete.

De cada IF, as manifestações seguiram ao encontro do ato unificado dos trabalhadores pelo Fora Temer em Salvador. Caminhando pela área central da cidade, docentes e técnico-administrativos em educação da Rede Federal mostraram, pelo segundo dia consecutivo, a disposição para uma nova greve geral e pela queda do interino. O ato foi encerrado na Praça Tomé de Sousa, em frente aos prédios da Prefeitura e da Câmara Municipal e do Elevador Lacerda.

20 de maio – sábado (terceiro dia)

No sábado as atividades se dividiram entre a apresentação das proposições pela manhã e os grupos de trabalho no período vespertino. Ao final da noite, após a suspensão dos trabalhos, uma confraternização entre os congressistas também foi realizada.

Os congressistas se dividiram em oito grupos de trabalho para realizar o debate das teses estatuintes. Com definições metodológicas e dinâmicas diversas, os grupos se debruçaram, ao longo de toda tarde sobre 34 teses estatuintes (30 delas já sistematizadas sob este aspecto e quatro incluídas pelo plenário 2, 50, 56 e 57). O debate em alguns grupos ultrapassou em mais de uma hora e meia o prazo pré-estabelecido, o que inviabilizou a sistematização dos resultados em tempo, levando assim à suspensão da plenária deliberativa de teses, transferida para o último dia de congresso.

21 de maio – domingo (último dia)

No domingo (21/05) os delegados votaram algumas das modificações sugeridas, aprovando, em votação específica, as teses de nº 10, 12, 27 e 34. O debate sobre a filiação do SINASEFE à CSP-Conlutas também foi um dos destaques do último dia de evento, com a reprovação da tese que propôs a desfiliação (tese 50). Leia as entrevistas com autores de algumas das teses aprovadas nas páginas 16 a 22 desta edição.

Instalada logo no início da manhã de domingo, a última plenária do CONSINASEFE foi dedicada à votação das mudanças no estatuto. Mesmo não se tratando de uma questão estatutária, a votação sobre a filiação do SINASEFE à CSP-Conlutas foi o destaque neste período, levando um tempo significativo para ser concluída. A metodologia aplicada foi o recolhimento dos crachás dos delegados, com a seguinte contagem final na votação: 217 pela manutenção, 144 pela desfiliação e 21 abstenções.

Seguindo uma ordem de prioridades definida pelo plenário por causa do tempo curto restante, os delegados analisaram teses estatuintes sobre combate às opressões e paridade de gênero, além de eleger o novo Conselho de Ética do SINASEFE (previsto na tese 38). Ficou aprovada a composição paritária (50% mulheres e 50% homens) da Direção Nacional (e suas respectivas comissões), proposta apresentada nas teses 27 e 28, e a criação de duas novas pastas na DN: Coordenação de Políticas Para Mulheres (tese 27) e Coordenação de Combate às Opressões (tese 34).

A eleição da primeira composição do Conselho de Ética, nova instância do SINASEFE para apuração de denúncias, criado a partir da aprovação da tese 38, foi realizada com a participação de 19 candidatos. Confira a entrevista com a candidata mais votada do Conselho, Marcela Azeredo, na página 22.

O Saldo do 31º CONSINASEFE

O **MAIOR** fórum estatuinte do SINASEFE teve um grande desafio antes mesmo de começar: debater e votar um caderno com 61 teses, o mais volumoso da história dos CONSINASEFES.

Mudanças excepcionais na conjuntura, com as denúncias de Joesley Batista contra o Presidente da República, Michel Temer, que vieram a público em 17 de maio, fizeram o país – naquela altura ainda reverberando os efeitos da greve geral de 28 de abril – entrar em estado de ebulição, com manifestações em praticamente todas as grandes cidades e capitais brasileiras pedindo a renúncia imediata de Temer.

O SINASEFE e suas bases não se furtaram de participar deste momento importante de nossa história recente, indo às ruas em atos na capital baiana, nos dias 18 e 19, com suspensão dos debates do Congresso.

A programação foi reconstruída por duas vezes, comportando a apresentação de 32 teses em plenário e o debate das mesmas em grupos de discussão segmentados.

Na plenária final do 31º CONSINASEFE, 13 teses foram votadas (incluindo as aglutinações entre proposições semelhantes), com três reprovações e 10 aprovações.

Foram reprovadas as teses de:

- nº 9: qualificação da proporcionalidade dos seis primeiros cargos da nominata da Direção Nacional;
- nº 11: proporcionalidade de delegados das Plenárias Nacionais de acordo com o número de sindicalizados por cada seção;
- e nº 50: desfiliação do SINASEFE da CSP-Conlutas.

As 10 teses aprovadas (em seis votações, por questão de aglutinação das propostas) foram as de:

- nº 10: que distribui algumas atribuições da Coordenação Geral entre o colegiado da Direção Nacional;
- nº 12: que institui uma nova proposta de regimento para as Plenárias Nacionais, mas ainda devendo esta proposta regimental ser apresentada e aprovada em uma PLENA;
- nº 14: que moderniza as atribuições do Conselho Fiscal;
- nº 27 (aglutinada com a nº 29): que cria a paridade de gênero na composição da Direção Nacional e institui a Coordenação de Política para Mulheres na nominata do SINASEFE;
- nº 34: que institui a Coordenação de Combate às Opressões na nominata do SINASEFE;
- e nº 38 (aglutinada com as de nº 13, 15 e 32): que extingue as Comissões de Apuração Prévia e de Ética e cria o Conselho de Ética do SINASEFE, devendo o mesmo ter seu regimento aprovado posteriormente em uma PLENA.

Apesar da desfavorabilidade numérica (13 teses votadas num conjunto de 61), o saldo do 31º CONSINASEFE pode ser tido como bastante positivo. O fórum estatuinte foi um dos que mais votou e aprovou teses nos últimos anos e modificará bastante nosso estatuto – processo que já está em curso sob a responsabilidade da nossa Assessoria Jurídica Nacional (AJN).

O SINASEFE passará por mudanças bastante sensíveis a partir das próximas gestões, por efeito do 31º CONSINASEFE. E a nossa esperança é de que o sindicato nacional mude para melhor, sendo mais representativo, combativo, autônomo, inclusivo e praticante do combate às opressões em todas as suas formas!

Eleição do Conselho de Ética

Instituído com a aprovação das teses nº 13, 15, 32 e 38, o Conselho de Ética do SINASEFE terá ainda seu regimento debatido e aprovado por uma Plenária Nacional. Sua composição terá 10 membros, sendo cinco titulares e cinco suplentes.

O resultado da eleição para o Conselho de Ética realizada na plenária final do 31º CONSINASEFE foi o seguinte:

Marcela Ferreira Azeredo (SINDSCOPE-RJ) - eleita como titular com 118 votos
Jane Miranda Ventura (IFPE-PE) - eleita como titular com 100 votos
Priscylla Carla Ferreira Bezerra (IFPE-PE) - eleita como titular com 96 votos
Saulo Daniel Campos de Oliveira (IFBA-BA) - eleito como titular com 77 votos
Alessander Pery Lopes Thomaz (IFMG-MG) - eleito como titular com 73 votos
Jelder Pompeo de Cerqueira (IFMT-MT) - eleito como suplente com 63 votos
Maria de Lourdes Cardoso (IFSC-SC) - eleita como suplente com 51 votos
Osni da Costa Rodrigues (IF Sul-RS) - eleito como suplente com 45 votos
Gabriele Laís Mandler (IF Sul-RS) - eleita como suplente com 40 votos
Joana Sara Coelho de Morais (Crato-CE) - eleita como suplente com 40 votos
Antônio Carlos Copque Filho (IFBA-BA) - não eleito, recebeu 39 votos
Eulálio José do Lago Costa (Sindsifce-CE) - não eleito, recebeu 37 votos
Alice Gomes (Sindscope-RJ) - não eleita, recebeu 35 votos
Ernesto Charpinel Borges (IFES-ES) - não eleito, recebeu 33 votos
Francisco Glauco Gomes Bastos (Sindsifce-CE) - não eleito, recebeu 33 votos
Élcio da Riva Moura (IFSP-SP) - não eleito, recebeu 24 votos
Manoel Alves de Freitas Neto (Sintef-PB) - não eleito, recebeu 23 votos
Roberto José de Araújo (Sindsifce-CE) - não eleito, recebeu 17 votos
Dilcileno Santos Ferreira (IFPA, ETRB e Ciaba-PA) - não eleito, recebeu 10 votos

Números do 31º CONSINASEFE

4 dias de atividades – 18 a 21 de maio de 2017

599 inscritos:
- 471 delegados
- 128 observadores
- 61 seções sindicais representadas
- Foi o maior Congresso Estatuinte da nossa história e o segundo maior Congresso entre todos os que realizamos!

32 teses debatidas – 13 votadas e 10 aprovadas

4 atos públicos:
- Fora Temer, em 18/05
- Contra o Reitor do IFBA, Renato da Anunciação, em 19/05
- Contra o Reitor do IF Baiano, Geovane Barbosa, em 19/05
- Fora Temer, em 19/05

Profissionais de imprensa de oito seções sindicais presentes na cobertura do fórum.

Vínculo com a CSP-Conlutas reafirmado: SINASEFE segue filiado à Central Sindical e Popular!

COM A constante modificação da conjuntura política e intensificação das lutas da classe trabalhadora no cenário pós-golpe, nada mais adequado que a principal discussão do 31º CONSINASEFE se desse no âmbito de como o SINASEFE se organizará para as lutas que estão postas.

Nesse sentido, houve amplo debate sobre a localização do SINASEFE para integração junto com as outras categorias de trabalhadores e a construção de lutas unitárias. Debate este que consolidou a posição adotada por nosso sindicato desde 2006, no 20º CONSINASEFE, reafirmando a filiação e o vínculo político do SINASEFE com a CSP-Conlutas.

Foram duas teses apresentadas e debatidas nos grupos de discussão sobre o tema: as de nº 30 (fortalecimento da CSP-Conlutas) e de nº 50 (desfiliação da CSP-Conlutas).

No maior debate da plenária final, que contou com quase 20 inscritos pelos dois lados e 20 minutos de tempo total de defesa das propostas, apenas a tese 50 foi votada e a continuidade do SINASEFE na CSP-Conlutas foi aprovada.

Com 144 votos favoráveis e 217 votos contrários (com 21 abstenções e 5 declarações de voto), a desfiliação da CSP-Conlutas foi reprovada e o SINASEFE manterá o vínculo com a Central Sindical e Popular.

Passada essa discussão e definido que o lado em que estamos é o da classe trabalhadora, chega o tempo de unidade em nossas bases. O SINASEFE, junto à CSP-Conlutas, vai buscar unificar a classe trabalhadora para derrotar o governo Temer e o projeto neoliberal em curso, que visa demonizar servidores públicos e privatizar o patrimônio estatal, deixando o acesso aos servidores básicos e essenciais apenas ao que podem pagar.

A CSP-Conlutas tem sido uma gigante na defesa intransigente da classe trabalhadora: em seus 11 anos de existência, jamais se dobrou aos governos e aos patrões, jamais fez parte de esquemas fraudulentos, jamais negociou direitos dos trabalhadores que representa com quem quer que seja. É essa unidade a que queremos: unidade para lutar por nossa emancipação.

Nenhum direito a menos: Fora Temer e todos os corruptos do Congresso Nacional! Vivas a CSP-Conlutas e a luta da classe trabalhadora!

Mudanças no estatuto do SINASEFE

O Informativo SINASEFE entrevistou alguns dos sindicalizados que aprovaram teses estatutárias durante o 31º CONSINASEFE. Suas expectativas e opiniões estão socializadas nas páginas seguintes:

Tese 12: Roteiro e ritual de funcionamento de uma Plenária Nacional do SINASEFE

Fabiano Deola é natural de Joaçaba-SC, graduado em Agronomia pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Também fez curso técnico em agropecuária pela antiga Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC), hoje Instituto Federal Catarinense (IFC). Desde outubro de 2014 é trabalhador do respectivo instituto, atuando como técnico em agropecuária. Desde novembro de 2015 faz parte da gestão da entidade local, Seção Sindical SINASEFE Concórdia, como coordenador geral.

Aprovada pelo 31º CONSINASEFE, e ainda pendente de debate em plenária regimental, a tese nº 12 apresenta uma proposta bem completa de organização das PLENAS do SINASEFE. Como se deu a construção desta proposta? Quais elementos você considera como centrais para motivar a elaboração do rito?

A tese proposta (Roteiro e ritual de funcionamento de uma Plenária Nacional do SINASEFE) é fruto do meu anseio em contribuir para a organização e andamento das Plenárias do SINASEFE. Ela se propõe de maneira simples e acertada a regulamentar e reestruturar o "Regimento Interno da Plenária Nacional" (documento de origem desconhecida por muitos e que está presente nas pastas de Plenárias). O objetivo é que ele possa parametrizar os métodos de condução dos trabalhos e efetivamente disciplinar e operacionalizar o andamento das Plenárias Nacionais do SINASEFE. Com a definição e padronização dos moldes, métodos e rituais, os participantes da plenária poderão ter foco total na construção dos debates e da luta sindical.

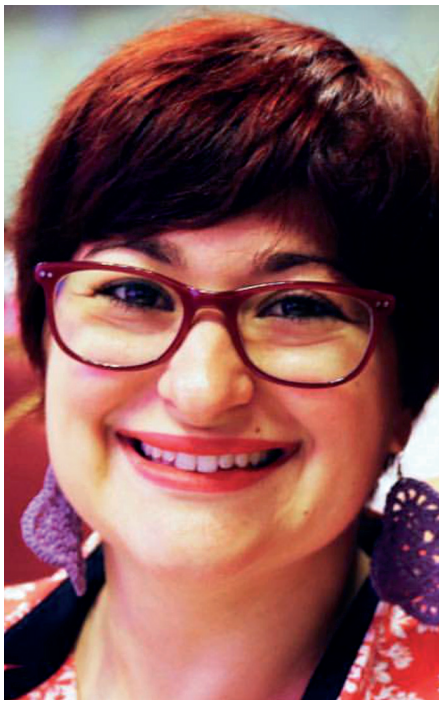
Algumas das definições colocadas no texto dizem respeito a garantia de cota de gênero na composição da mesa diretora dos trabalhos da plenária. Como você percebe a participação das mulheres nas Plenárias do SINASEFE? Como esta medida pode contribuir para a superação do machismo nos espaços sindicais?

O combate as opressões já é uma realidade no sindicato nacional, tema de numerosas discussões. Mas a proposta da tese 12 vai além do debate, ela garante, na condução dos trabalhos, a participação de ambus os gêneros. Acredito que a superação do machismo só se dará quando, para além dos debates e ações de combate ao machismo, o respeito a diversidade de gênero for um hábito, hábito este que só será incorporado depois de garantirmos o direto da participação das mulheres em todos os espaços.

O desafio de organizar e administrar o tempo diante de inúmeras pautas importantes para debate nos fóruns do sindicato é real e já está colocado há muitos anos. Como você vislumbra os efeitos do debate trazido pela aprovação do novo modelo de organização proposto na tese?

Justifico a delimitação de tempo junto a construção da pauta de maneira muito simples, é só refletirmos um pouco para perceber que em nosso ambiente de trabalho, diariamente nos disciplinamos para vencer discussões dentro de um tempo previamente determinado, seja no decorrer de uma aula, de uma reunião, em uma conversa de corredor ou no intervalo de almoço. Da mesma forma em nossa vida pessoal ao levar e buscar os filhos na escola, acordar no horário pré-determinado, entre muitos outros momentos. Então porque não seguir esta lógica nas plenárias? Como já foi colocado pela Direção Nacional do Sinasefe, além do tempo perdido com atrasos para a abertura dos trabalhos, também oneramos os custos da plenária (filmagens, horas extra, etc). Disciplinar o início e término dos trabalhos é dar aos nossos filiados a certeza que estamos aplicando com qualidade os recursos da entidade.
É importante ressaltar que na reordenação da pauta feita na abertura dos trabalhos está garantido a flexibilidade na fixação de tempos de discussão diferenciados quando a temática exigir.
Vislumbro plenárias mais propositivas com encaminhamentos concisos e

coerentes, tendo em seu corpo de execução o máximo aproveitamento qualitativo dos recursos e do tempo. Por fim, é gratificante ver, na aprovação do encaminhamento proposto pela tese 12, que muitos companheiros compartilham do mesmo anseio. De forma fraterna, agradeço aos que apoiaram e estão contribuindo para a construção da acertada proposta de roteiro e dos rituais das Plenárias que será apreciada pela próxima plenária regimental.



Tese 27: Paridade de gênero no SINASEFE: quando as mulheres avançam nenhum homem retrocede!

Paula Vielmo, reside em Barreiras-BA, é licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, e ingressou na Rede Federal em 2009 onde atua como pedagoga no campus Barreiras do IFBA. Iniciou sua militância em 2000, no movimento estudantil, onde presidiu grêmios e integrou coordenações de diversos DCE's. Dirigente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), atualmente é presidenta municipal e membro do Diretório Estadual da organização. Ela foi candidata a vereadora em 2008 e 2016 e candidata a deputada estadual em 2016. Autora, com a companheira Magda Furtado, da tese "Avançar na luta das mulheres do SINASEFE" (aprovou a cota de gênero de 30%, em 2015).

Passados mais de dois anos da aprovação das cotas de gênero no SINASEFE (29ºCONSINASEFE), a tese 27 estabeleceu a paridade no âmbito do sindicato nacional e de suas seções sindicais. Esta tese, que você também assina, cita um elemento central que é a relação entre a luta de classes e as contradições de gênero existentes não apenas no sindicato, mas na sociedade. Como você percebe esta construção nas fileiras do SINASEFE, desde as cotas até a paridade?

Quando apresentamos e aprovamos por aclamação as cotas de gênero em 2015, imaginávamos ser um avanço na política feminista implementada pelo sindicato, com dirigentes com certa formação feminista eleitas no ano seguinte. No entanto, mesmo com a ampliação dessa conquista com a paridade, debaixo de protestos silenciosos e rasteiros, percebo que avançamos muito pouco. Inúmeros companheiros combativos não possuem consciência crítica de gênero, não utilizam lentes de gênero para perceber as intersecções entre as lutas e que dentro da classe trabalhadora, nós mulheres somos oprimidas pelos nossos próprios companheiros e isso enfraquece a luta de classes. Assim, precisaremos ser mais ofensivas nessa construção, porque ela está muito mais lenta do que deveria e poderia ser.

Sua trajetória de ativismo e militância extrapola o movimento sindical e também se efetiva nas lutas de combate às opressões e outros movimentos sociais e políticos. Levando em conta sua vivência nestes espaços, qual sua percepção dos desafios que as mulheres da categoria representada pelo SINASEFE enfrentam cotidianamente (trabalho, militância e comunidade)? Qual o papel da paridade neste contexto?

Durante muito tempo participei das atividades do SINASEFE e não me senti confortável para fazer nenhuma intervenção e me questionava sobre os motivos, mesmo sendo uma militante experiente. Concluí que o ambiente é bem pouco acolhedor para as mulheres, por ser realmente bem masculino no formato, na condução, na política. É muito difícil ser uma mulher sindicalista. Lembro que uma de minhas primeiras experiências foi participar do CNG em 2014 e que fui muito alertada sobre os assédios (sexuais!) que as mulheres sofriam, o que certamente afasta quem sofre violência de gênero.

Os relatos acerca do que acontece dentro do nosso sindicato conseguem ser muito piores em termos de micropolítica do que em muitos locais de trabalho e militância, é realmente assustadora a ausência de práxis pelos companheiros – e algumas companheiras!

Diante disso, não cabe apenas constatar, é preciso intervir e a paridade dá "força" para que as mulheres saiam da invisibilidade – porque nós somos muitas e muitas nas bases – a partir da quebra de privilégio e hegemonia dos homens e "obriga" (no bom sentido) que se pense a partir de agora muito mais concretamente em como operacionalizar essa política.

O texto da tese 27 apresenta diversos argumentos para reafirmar a importância da garantia e respeito ao espaço das mulheres no movimento sindical. A violência, por diversas vezes velada, que presenciamos quando as falações femininas são poucas, interrompidas e desrespeitadas foi um dos exemplos da importância do avanço desta luta no terreno

prático. Qual seu recado para os sindicalizados e sindicalizadas do SINASEFE que trilharão este caminho de aliar o avanço estatutário da paridade com o avanço desta luta no terreno prático?

Minha sugestão é sempre: olhe com desconfiança! Desconfiança já que é preciso desnaturalizar os processos e isso perpassa por muita reflexão para perceber o que de fato acontece, mas não é visto. Precisamos pensar ações que incentivem uma maior participação das mulheres, como oportunizar mulheres debatendo nas mesas e não apenas coordenando, mulheres que representem nossa central sindical, mulheres que participem das mesas de negociação, que falem nos carros de som, que sejam delegadas para as PLENAS, mulheres em nossa diversidade.
A representatividade é um impulsionador diante dos obstáculos criados pela dominação masculina na sociedade, o que exige grande esforço de homens e mulheres para transformar esse cenário sindical de profunda desigualdade de gênero. Precisamos trazer o debate sobre as relações de gênero de modo presente, não em ações pontuais e individualizadas, mas constantes e coletivas.

Como ampliar a consciência de gênero nas fileiras do SINASEFE?

Penso ser muito necessário, de verdade, insistir de que essa pauta não deve ser "das mulheres" do SINASEFE, mas de todo o sindicato, ou não avançaremos. Também penso ser muito necessário distinguir o que são direitos iguais de cercear a voz, pois muitos companheiros estão acuados para travar o debate franco mediante acusações de machismo. Reconhecer as limitações de formação, limitações geracionais, limitações sobre a temática requer coragem e disposição. Então, torço e estarei junto para ampliarmos essa consciência de gênero, dando voz às mulheres e aos homens em pé de igualdade.

Moema Carvalho é baiana, bacharel em Design e especialista em Administração, docente no Instituto Federal de Brasília (IFB) desde 2010. Ativista dos Direitos Humanos (DH) com projetos de pesquisa voltados para educação, movimentos sociais, trabalho decente, juventude, campesinato, movimentos sindicais, relações étnico-raciais, gênero, feminismo, população encarcerada, diversidade sexual e religiosa. Fez parte do Grupo de Pesquisa e coordenação do SERNEGRA. É membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e das Nações Indígenas (NEABI) e do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), do campus Taguatinga do IFB. Em 2014 ela iniciou seu primeiro mandato na Direção Nacional do SINASEFE finalizando em 2016 como Coordenadora Geral da entidade. Milita também na Anistia Internacional, no MST, na Pastoral da Juventude Rural, e na Associação Parkinson Brasília.

A tese assinada por você, e aprovada sem votos contrários pelo 31º CONSINASEFE, propõe a "aliança" entre seres socialmente desiguais, ou seja, homens e mulheres, como um instrumento para o avanço coletivo na consciência da classe trabalhadora, percebendo as contradições existentes nas relações de gênero. Na sua percepção, além das propostas objetivas de mudança estatutária, como esta proposta movimenta o SINASEFE?

Por inteiro! Aprovamos uma ruptura estrutural no nosso sindicato e isso é histórico. Pautar feminismos é pautar projetos e estruturas, é pensar, repensar, questionar e debater outro projeto de sociedade pensado em novos marcos civilizatórios, já nos disse Angela Davis. É sair da confusão que nos metemos ao misturar valores democráticos a valores capitalistas. Na "segunda onda" do feminismo as mulheres colocam na ordem do dia as demandas além do espaço privado, nós nos voltamos para a polis e a nossa representação. Estamos falando desde postos de trabalho até a academia, isso aplicado em uma visão internacional, muito do feminismo estaduniense. Já aqui no Brasil temos a redemocratização no final dos anos 80 que impulsiona o debate da representação em todos os espaços inclusive nos sindicatos.
Hoje enfrentamos esta crise de representação: quem se vê representado em todas as esferas de decisões políticas? Coloco tudo isso porque precisamos repensar o sistema sempre, por isso teses como a nossa.

Alguns companheiros, e companheiras também, podem achar que é uma "forçação de barra", que deveria ser um ganho político, uma porcentagem menor. Enfim, a maioria dos argumentos não leva em consideração a petulância, orgulhosamente falando, de teses propostas por mulheres nos últimos congressos, os seus impactos e, principalmente, o que é deliberado numa mesa de negociação quando composta exclusivamente por homens, entre outras coisas, apenas citando o que é mais palpável. Estamos observando tudo isso no nosso Sindicato e vislumbrando mudanças. Mas, apesar de não termos tido votos contrários os argumentos contra foram feitos em conversas francas e nas também nas coxias, nos bastidores. O sexismo está em todos os lugares: desde a arquitetura dos espaços aos discursos e modus operandi; mexe muito além da estrutura, mexe com os brios: se trata de perda de privilégios. Apesar disso, o que eu defendo é que estamos atrasados se pensarmos em todas as movimentações por paridade em partidos, movimentos sociais, movimentos populares, e parlamentos pelo mundo.
Com teses como a nossa, podemos esperar mais trocas francas, mais diálogo, mais criatividade, menos sistemas opressores, mais atenção aos princípios que deveriam reger o sindicato do que personalismos políticos; estamos ansiosas por uma maior compreensão sobre as nossas limitações e onde cada uma poderá contribuir com excelência. Não é o eterno feminino" repudiado por Beauvoir e sim pura sororidade.
Me arrisco a afirmar que estamos aqui pautando as possibilidades concretas de repensar a esquerda e começaremos aqui, no nosso espaço micro, para podermos juntar com os outros espaços e movimentos as inúmeras possibilidades que possuímos de repensarmos o "fazer política".

Além de toda vivência e acúmulo enquanto militante e ativista em outras organizações, você participou da gestão da Direção Nacional do SINASEFE entre 2014 e 2016, como suplente e coordenadora geral da entidade. Qual sua percepção dos desafios que as companheiras enfrentam na realidade "sinasefiana"? Como você espera que a paridade modifique esta realidade?

Todo este projeto (já que na construção da tese trilhamos um longo caminho, carinhosamente feito por diversas mãos, mentes e corações) tem uma finalidade principal: que os companheiros nos enxerguem como companheiras, que estamos ombro a ombro no primeiro pelotão.
Parece simples, mas ainda precisamos disputar teses para garantir nosso lugar de fala. Podemos observar nas plenárias e nos GTs o manterrupting (quando uma mulher é interrompida e não consegue finalizar sua fala), a apropriação de ideias, o não reconhecimento de nós mulheres como sujeitos políticos. Ouvimos cotidianamente muitos relatos de como é difícil para nós mulheres estarmos nestes espaços, de como há uma opressão esmagadora por todos os lados.
Presenciamos a famigerada "apuração dos fatos" nos casos de todos os tipos de assédios e violências mas enquanto isso perdemos uma companheira que acaba se afastando do movimento enquanto aguardamos a apuração, mesmo com a certeza da materialidade, durante um, dois anos. Não podemos nos pautar pela justiça burguesa.
Penso que talvez pelo ativismo nos Direitos Humanos eu estava em uma bolha pois os movimentos populares já avançaram muito no debate do machismo, do padrão binário, já o sindicalismo engatinha e somos testemunhas disto quando vemos as fotos da reunião das Centrais Sindicais, é sempre o mesmo perfil de dirigente.
Cheguei na DN e fui surpreendida negativamente pelo machismo arraigado. Naquela gestão não tínhamos nem os 30% mas já tínhamos 2 coordenadoras gerais e assim finalizamos a gestão, mas não conseguimos construir o Encontro de Mulheres pois não ficou entendido o óbvio: esta é uma tarefa do Sindicato e não apenas de quem é responsável pelo GT de Opressões.
Comecei a gestão com isso em mente e terminei, pedindo ajuda exaustivamente, para que fóssemos reconhecidas, ainda sob os papéis sociais que nos delegam, nos segregam. Eu estava acostumada a ser ouvida e precisei aprender a subir na mesa dentro do sindicato em que milito.
Hoje posso dizer que as dores e angústias deste período na DN foram apaziguadas docemente com o afeto da tese 27, a tese da paridade.
Os diálogos e as pontes construídas com o debate e aprovação desta tese me fizeram acreditar que ainda temos mobilidade e inúmeras possibilidades para o "novo" dentro do SINASEFE. Eu me sentia esgotada, principalmente pelo eterno debate interno da esquerda, e hoje sinto que a militância no SINASEFE começa agora.

Logo em seu no título, a tese 27 afirma que o avanço das mulheres não representa nenhum retrocesso aos homens. No entanto, as alterações estatutárias aprovadas, sem votos contrários do plenário, ainda "assustam" um segmento que está dando seus primeiros passos na desconstrução do machismo. Qual seu recado fraterno para as pessoas que não conseguem vislumbrar o potencial transformador da paridade no âmbito do SINASEFE e de suas Seções Sindicais?

Pra começar a brincadeira admitam suas limitações, suas inseguranças ou dúvidas e até privilégios, só assim avançaremos juntos e juntas. Eu disse que ouvimos muita coisa pelas coxias mas para compensar esta tese foi orgulhosamente construída a muitas mãos, com muitos companheiros e companheiras indagando, em desacordo, questionando. De certo que a troca foi a melhor parte!
Também nos sentimos cobradas como

proponentes em conseguir suprir a cota, sabíamos que nos jogariam este peso e nós assumimos.
Já criamos um grupo de mulheres para discutir, levantar dados e pensar como teremos estes 50% em 2018, lembrando que a nossa tese versa também sobre a Coordenação de Política para Mulheres e o Encontro Nacional de Mulheres do SINASEFE.
Somos apoiadoras da tese que versa sobre a Coordenação de Opressões e as outras teses sobre Gênero.
Eu e Paula conhecemos a nossa responsabilidade e não poderíamos apenas pautar a paridade sem assumir outras políticas para a visibilidade feminina no sindicato.
Assim, os desafios são inúmeros, mas o argumento de que não há quadros não cola mais, além de ser muito raso politicamente e desonesto com as nossas companheiras. Atravessamos dificuldades sistêmicas para chegar ao mercado de trabalho, somos a maioria das trabalhadoras da Educação e ainda trilhamos um caminho dolorido para atuar sindicalmente. Com o golpe veio uma agenda de retrocessos no campo dos Direitos Humanos.
As contrarreformas colocam na aniquilação os grupos mais invisibilizados, esmagados pelo capital. Então estamos providenciando no momento certo, na conjuntura que urge, exige. Merecemos ter nossas pautas ouvidas, negociadas; queremos (e devemos) colocar o feminismo em todas as nossas esferas de atuação: trabalho, militância, sociedade. É uma mudança de paradigmas, precisamos buscar e entender de modo real a raiz da opressão de gênero, classe, raça, identidade e orientação sexual. Quem pautará isso somos nós pois estamos falando do lugar da interseccionalidade: negras, lésbicas, pobres, trans, deficientes, imigrantes, idosas, em cárcere. Merecemos o reconhecimento. Tomaremos o microfone e inflamaremos as manifestações, disputaremos as narrativas de conjunturas. Este papel também é nosso.

Tese 34: Tese apresentada ao 31º CONSINASEFE para criação de pasta de combate às opressões

Martinha Mendonça tem 37 anos é natural de São Luís-MA e se autodeclara indígena. Trabalhou desde os 15 anos como empregada doméstica de onde saiu para lecionar numa turma de apoio de uma escola filantrópica religiosa dos 19 aos 20 anos. Morou alguns meses em Belém-PA e migrou para o Rio de Janeiro-RJ, quando trabalhou oito anos como supervisora de telemarketing. Em 2012 foi aprovada no concurso da educação de Niterói, onde ficou até agosto de 2014, ao passar no concurso para técnico-administrativa do Colégio Pedro II (CPII), onde hoje é suplente do CONSUP. Desde os 17 anos ela milita, inicialmente no movimento estudantil secundarista em seguida em diretórios acadêmicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus Niterói, onde se formou em Pedagogia em 2014. Ainda nesta cidade fluminense, militou no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE), participando da greve 2013 naquela base. Atualmente faz parte da gestão do Sindscope, na pasta do Jurídico.

Martinha é mãe de duas meninas, e estudante de pós-graduação na Especialização em Ensino de História da África do CPII.

A criação de uma Coordenação de Combate às Opressões (CCO) na Direção Nacional do SINASEFE é um avanço histórico nesta luta já travada por milhares de trabalhadores em suas comunidades e locais de trabalho. Trata-se, como colocado textualmente na tese, da representação política das minorias neste colegiado. Como você visualiza a implementação e a atuação desta nova pasta no cotidiano do sindicato nacional?
Sendo um sindicato nacional de Educação entendo que temos a responsabilidade de organizar e debater estes temas de forma aprofundada formando os educadores, base do nosso sindicato, sobre as diversas formas de opressão, como elas se evidenciam e como combatê-las.
Primeiro, precisamos ouvir as nossas seções, trocar experiências, pensar atuação e formação contínuas para que possamos saber quais demandas são mais urgentes em cada seção sindical.
Paralelamente, organizar e atuar sobre as demandas das minorias no espaço da entidade nacional, bem

como apontar politica de atuação e formação sobre estas questões para todxs sindicalizadxs e/ou seções do nosso sindicato e isso passa, no meu entendimento, por construir GTs específicos que debatam e formulem políticas sobre Racismo e Educação, Machismo e Educação, Gênero e Diversidade na Educação.
Neste sentido, é imprescindível orientar a formação, nas seções sindicais, de secretarias, GTs ou Núcleos de Base e atentar para a diversidade da nossa categoria.
A garantia da participação destes setores nos espaços políticos nacional e regional passa pelas condições concretas de participação: acessibilidade para servidores com necessidades especiais, espaço educativo para as crianças que em geral acompanham suas mães na atividade sindical e etc.

A tese 34, assinada por você e mais 16 sindicalizados, prevê a obrigatoriedade de participação de mulheres, LGBTIs, indígenas e negros na composição da CCO. Esta medida está colocada com o objetivo de promover a representatividade plural e democrática, além de impulsionar um debate qualificado e a elaboração de políticas mais assertivas. Qual sua percepção dos efeitos mais imediatos desta participação, agora assegurada no estatuto do SINASEFE?

Quando analisamos a estrutura social percebemos que há diferenças no seio dessas relações de exploração. Há setores da nossa classe que além de explorados são oprimidos, as chamadas minorias nas quais se integram mulheres, homens e mulheres negrxs e pessoas LGBTI´s e etc.
O sistema em que estamos submetidos utiliza-se das diferenças entre as pessoas ou grupo de pessoas para subjugá-las.
Quando definimos que somente estes setores podem compor uma pasta de Combate às Opressões estamos assegurando que estes setores possam falar por si mesmos e possam ter também mais empatia pelas questões específicas de seus irmãos e irmãs oprimidas.
Esta garantia da representatividade numa coordenação obriga, de certa forma, que todas as composições da DN pensem na diversidade e na construção de um SINASEFE que respeite e garanta a diversidade em todos os seus espaços.

Sua trajetória de militância e sua ancestralidade se relacionam diretamente com o tema tratado na tese em questão. Qual recado você deixa para sindicalizados e sindicalizadas que se identificam enquanto minorias e ainda não se uniram às fileiras de luta contra as opressões?

Sim, completamente! Sou mulher, mãe de meninas, imigrante nordestina no Rio de Janeiro. Na infância e adolescência sofri as agressões mais severas do machismo, do trabalho e da pobreza. A maternidade também foi um diferencial para o aprofundamento da opressão.
Numa sociedade de classes onde sofremos a exploração combinada com a opressão, nós mulheres, e principalmente minhas irmãs negras e indígenas sofrem num tom ainda maior estas violências. Vivemos no país que mais mata por transfobia, que vê a juventude negra ser exterminada pela polícia, que convive com a cultura do estupro.
Para deixar de estar negativamente nas estatísticas, temos que nos levantar e gritar.
Paralelamente, não vamos permitir mais que grupos instrumentalizarem nossas pautas por divergências políticas rasas e que não mudam a nossa vida.
Por isso, chamo toda a base oprimida do SINASEFE a construirmos juntos uma ferramenta que não se paute somente pela pauta econômica, mas, pela pauta educacional e contra as opressões: "Nada sobre Nós, Sem Nós".

Tese 38: Criação de Conselho de Ética

Elizabeth Soares Dutra é natural do Rio de Janeiro-RJ, psicóloga e psicanalista, especialista em Mediação de Conflitos, em Psicologia Educacional, em Gestão Escolar e mestre em Ciências da Educação. Ela é servidora do Colégio Pedro II há mais de 30 anos, atualmente representante do Setor de Pesquisa, Educação e Cultura do campus São Cristóvão II e assessora da Direção Geral do campus. Por dois mandatos do foi eleita membro do Conselho Superior do CPII. Participou da Comissão de Apuração Prévia do SINASEFE no último período. Ela também é dirigente da pasta de Técnico-Administrativos do SINDSCOPE.

Afirmando que a coexistência das Comissões de Apuração Prévia (CAP) e Comissões de Ética afetava a missão do SINASEFE, a tese 38 modificou a metodologia de apuração de denúncias no sindicato, criando o Conselho de Ética, uma instância nova na entidade. Como foi o processo de construção deste novo formato de apuração de denúncias?

Os dois mandatos na CAP conferiram-nos (a mim e aos demais membros) vivência importante que alicerçou nossos pensamentos no sentido de construirmos um instrumento que pudesse clarear os caminhos para a verdadeira luta dentro dos princípios que norteiam nosso sindicato.

Tanto o estatuto, como o regimento do SINASEFE eram confusos em relação à instalação, às atribuições, e ao alcance da CAP e da Comissão de Ética. Muitos desses temas dependiam de interpretação quase pessoal.

Além disso, enquanto os membros da CAP eram eleitos a cada ano, os membros da Comissão de Ética eram eleitos a cada denúncia, ou seja, havia tantas comissões de ética quanto denúncias. Esse procedimento podia dar margem a muitos atropelos: interesses variados, políticos, e nem sempre isentos, podiam levar sindicalizados/as pouco afetos à questões éticas a querer fazer parte das comissões. Muitos eram os gastos com os deslocamentos múltiplos; a morosidade nas apurações e, depois, nos rumos das denúncias. Várias denúncias não chegavam a termo, no sentido de não serem realmente apreciadas pela Comissão de Ética a que tinham sido encaminhadas. Sem contar que os prazos de apresentação dos pareceres eram quase sempre desrespeitados.

Testemunhamos membros de grupamentos diversos se digladiando e se utilizando de denúncias ou de críticas em suas pelejas pessoais ou políticas, desviando-se dos objetivos de luta do sindicato. A falta de sigilo em relação às denúncias, que não eram entregues somente à CAP, os gastos excessivos com as comissões e a necessidade de asseamento dos processos dentro do sindicato nos impulsionaram. Sabíamos que nossa companheirada, em sua maioria, esperava mais das apurações e de seus resultados. Muitas vezes nos indagavam ou cobravam atitudes que, na verdade, estavam fora das possibilidades de atuação da CAP.

Ter um conselho agindo absolutamente segundo os preceitos da ética, longe das interferências de grupos dentro do nosso sindicato, foi o norte que nós, da CAP, mais almejamos. Fora isso, a redução de gastos, agora sem as inúmeras comissões de ética, também foi um objetivo importante.

Todas as vezes que nos reunimos para fazer apurações, vinham às nossas conversas a possibilidade de criarmos algo que pudesse ir ao encontro da economicidade, da isenção e da finalização a contento dos princípios e objetivos do sindicato. Depois, eu no Rio, Messias no Ceará e Gutiêrre em Sergipe, começamos a "desenhar" o que pensávamos. As colaborações de Andrea Tórtora e de Eugênia Tavares foram igualmente importantes. Até que o Consinasefe nos acendeu a luz! Assim, iniciamos a construção da estrada.

Quanto ao Conselho de Ética, como foi a elaboração desta nova instância? Quais suas expectativas em relação ao colegiado eleito no 31º CONSINASEFE?

Desde o início de nosso trabalho na Comissão de Apuração Prévia, percebemos as dificuldades em relação às suas atribuições e à condução dos passos a dar após a expedição dos pareceres. Lemos muito sobre o assunto, pesquisamos vários códigos de ética e leis, entrevistamos juristas e trocamos muitas ideias. O conhecimento de Messias sobre questões de ordem jurídica costuraram muito bem todas as mudanças que se fizeram necessárias no Estatuto e no Regimento do Sinasefe.

O novo Conselho de Ética tem as atribuições dos dois tipos de comissões anteriores. Este Conselho recolherá documentos de toda ordem – entrevistas com denunciantes, denunciados/as, testemunhas, vídeos, áudios, e outros que possam contribuir para a apuração de fatos e ocorrências; construirá parecer daquilo que houver sido apurado, expondo tudo à plenária. A plenária de sindicalizados/as, então, encaminhará para uma análise mais aprofundada, segundo os pressupostos da ética, para a justiça comum, ou para o arquivamento do processo.

A expectativa é que os membros eleitos sigam o estatuto, o regimento e continuem no caminho da contribuição ao bom desenvolvimento dos trabalhos, tendo como bandeira os princípios que regem nosso sindicato.

Junto com outros companheiros que assinaram a tese 38, você fez parte da CAP no último período e participou de diversas apurações no sindicato nacional. Na sua opinião, além de modificar a metodologia de apurar denúncias, como o SINASEFE poderia combater as práticas que as provocam?

Penso que com instâncias sólidas e confiáveis, com planos de luta e trabalho bem estruturados e com muito estudo e formação política e sindical nossos companheiros e companheiras terão mais metas de luta em comum, mais respeito às diferenças, mais solidariedade e menos sentimentos que levem ao denuncismo e ao afastamento de nossos objetivos. Penso assim de maneira geral, não só como membro da CAP, mas como profissional de educação.

Marcela Ferreira Azeredo é natural do Rio de Janeiro-RJ, servidora técnico-administrativa no Colégio Pedro II há cerca de oito anos, onde é conselheira no Conselho Superior da Instituição (CONSUP). Ela é formada em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Tem

atuação em palestras, rodas de conversa e seminários que tenham como objetivo discutir a importância de se abordar a temática de gênero e diversidade no ambiente escolar. Milita nas questões de gênero e sexualidade, e é integrante Núcleo de Estudos e Ações em Gênero e Sexualidade (ELOS) do CPII.

Uma nova metodologia de apuração de denúncias no âmbito do sindicato nacional foi aceita com a aprovação da tese 38, que criou o Conselho de Ética do SINASEFE (CES). O primeiro passo para implementar as mudanças previstas no texto foi a eleição dos membros desta nova instância. Sua candidatura foi muito bem recebida, com 118 votos dos delegados e delegadas do congresso. Você pode retomar as ideias que apresentou naquele momento de escolha dos integrantes do CES?

A proposta inicial, sem dúvidas, foi dar uma maior eficiência às atividades de apuração de denúncias, evitando assim o decurso de prazos, a sensação de impunidade pelos denunciantes, além da instrumentalização deste mecanismo. Proporcionar a redução de gastos desnecessários que são acarretados pelo grande número de traslados e hospedagens que cada Comissão de Apuração Prévia e Comissão de Ética eleitas em plenárias e ou CONSINASEFEs proporcionam ao SINASEFE.

Antes da existência do Conselho de Ética, o SINASEFE tinha dois formatos de apurar denúncias, as Comissões de Ética (CE) e Comissões de Apuração Prévia (CAP), com atribuições muito semelhantes. Como você percebe a criação desta nova instância no SINASEFE? Quais suas expectativas?

Essa nova metodologia terá uma relação mais próxima com a Direção Nacional, além de maior independência para a tomada de ações que possam servir para a apuração de infrações ao nosso Regimento Interno. O formato de conselho com cinco titulares, sendo constituído com a aprovação em um congresso nacional significa dar a esses membros a legitimidade para representar e atuar de forma imparcial. Sem dúvida o grande diferencial desta nova metodologia de apuração de denúncias no âmbito do sindicato nacional está na concentração e direcionamento das denúncias. Uma vez que, todo sindicalizado saberá a quem e qual instância sua denúncia será processada e apurada.

O que mais você gostaria de registrar no início desta nova etapa?

Venho agradecer a todos os 118 delegados que em um fim de congresso, onde o cansaço e o stress nos consumia, me elegeram com uma expressividade impactante. Fiquem sabendo da importância e seriedade que vou dedicar a esta atividade que requer discrição e imparcialidade. Ser eleita com essa expressividade demonstra que a sociedade, e principalmente nós filiados ao SINASEFE, entendemos que a capacidade profissional e intelectual não está na identidade de gênero, orientação sexual, cor, raça, origem, crença ou qualquer outra classificação imposta como algo excludente ou ruim."Resistir para existir".